



EDITAL
Nº 263/XII-2º/2017-21
(Moções/Deliberações)

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril de 2019, realizada no dia 26 de abril de 2019, a Assembleia Municipal de Almada aprovou as seguintes Moções/Deliberações:

VOTO DE PESAR

(Por todas as vítimas do ciclone Idai)

No passado dia catorze de março, o coração de Moçambique e as regiões fronteiriças do Zimbábue e do Malawi foram atingidos pelo ciclone tropical Idai, já descrito como “o pior desastre do hemisfério sul e um verdadeiro desastre humanitário”.

A passagem do ciclone afetou milhões de pessoas, provocando centenas de mortes. Devastou territórios inteiros e destruiu casas, escolas, hospitais, culturas, agravando assim a situação de fome, miséria e sofrimento de milhares de pessoas e animais. Os sobreviventes têm ainda de enfrentar o surto de doenças como a cólera ou a malária que crescem a um ritmo diário.

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (INAM), este foi o sétimo ciclone tropical desta temporada, duplicando assim o valor atual para esta época do ano. A previsão dos climatologistas é a de que os fenómenos extremos se repitam cada vez mais nas próximas décadas. Todos os modelos climáticos apontam para o facto de as mudanças climáticas estarem a gerar ciclones cada vez mais poderosos, com mais energia e, portanto, mais fortes. Francisco Ferreira, ambientalista e presidente da Zero, sublinha que o Idai foi particularmente devastador, acrescentando que “a velocidade da tempestade foi superior ao expectável. A temperatura da água no Oceano Índico é hoje mais elevada, logo a evaporação do elemento líquido que alimenta a tempestade é muito superior”.

Neste momento de dor e profunda consternação, não podemos deixar de acompanhar a nossa homenagem e pesar de um momento de reflexão sobre o impacto que os nossos comportamentos quotidianos têm na sustentabilidade do planeta e nas alterações climáticas. Porque não há melhor homenagem nem pesar mais profundo e sincero do que aquele que se faz acompanhar das ações transformadoras inevitáveis. Pelo respeito por todas as vidas perdidas. Pelas vidas cuja perda não queremos ter, de novo, de chorar.

A Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Ordinária de 26, 29 e 30 de abril de 2019, delibera expressar o seu pesar e solidariedade por todas as vítimas humanas e não humanas do ciclone Idai.

VOTO DE PESAR

(Falecimento de Albino Moura)

Faleceu no passado dia 19 de abril de 2019, o Pintor, Ceramista e Poeta Albino Moura, uma figura destacada das Artes e da Cultura de Almada.

Nascido em Lisboa em 1932, o Pintor Autodidata vivia e trabalhava em Almada há mais de 40 anos.

Tendo recebido orientação artística de Fred Kradolfer e começado a expor regularmente a partir de 1959, o Autor percorreu diferentes caminhos profissionais ao longo da sua vida de criador e artista plástico, tendo trabalhado em publicidade, como designer gráfico e como ilustrador, antes de se dedicar mais intensamente à pintura, à escultura e à cerâmica.

Artista autodidata, participou em múltiplas exposições coletivas e individuais a partir dos anos 1960, mas é sobretudo após a Revolução de 25 de Abril de 1974 que a sua produção artística se concentra.



EDITAL
Nº 263/XII-2º/2017-21
(Moções/Deliberações)

O Artista Plástico Albino Moura encontra-se representado em coleções nacionais e estrangeiras, e recebeu várias distinções ao longo da sua carreira, incluindo a Medalha de Ouro de Mérito Cultural, atribuída pela Câmara Municipal de Almada em 2006. Foi-lhe ainda atribuída a Medalha de Mérito Municipal pela Câmara Municipal do Seixal (2005) e a Medalha de Prata da Costa do Estoril (1992).

São particularmente conhecidas as figuras femininas que com traço e estilo muito próprios Albino Moura retratou nas mais diversas formas e expressões. Sobre essa opção artística de Albino Moura escreveu um dia Maria Rosa Colaço, outra grande figura das artes e da educação almadense: "são já inconfundíveis as figuras femininas de Albino Moura que crescem em paisagens tranquilas onde há uma aragem branda que nos aproxima dos deuses e da paz onde flores da terra e estrelas do céu convivem harmoniosamente".

A sensibilidade literária também não foi estranha a Albino Moura. Integrou diversos coletivos poéticos, e publicou vários livros de poesia a partir dos anos 1990. Escreveu também sobre Fred Kradolfer, tendo a sua opinião sido considerada em trabalhos de tese sobre aquele artista.

Albino Moura foi igualmente um cidadão participativo e interveniente. Como ele próprio escreveu, teve sempre presente "a luta e a conquista". A luta, "dos trabalhadores, mulheres, homens, jovens"; as conquistas "pelos seus direitos".

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 26 de abril de 2019, delibera:

1. Apresentar à família enlutada, aos artistas plásticos almadenses e portugueses, e aos muitos amigos do Pintor Albino Moura, os mais sentidos pêsames nesta hora tão difícil em que o Homem nos deixa fisicamente, mas permanece para sempre entre nós a sua obra e o seu exemplo de vida.

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

(Inauguração da EB de Stª Maria da Charneca da Caparica)

No passado dia 11 de março foi, finalmente, inaugurada aquela que é a maior Escola Básica do Concelho de Almada e também a mais aguardada pela população da Charneca da Caparica.

Após longos meses de impasse, o atual executivo conseguiu que a empreitada fosse concluída com sucesso. A obra, que esteve em vias de não ser concluída, ascendeu a mais de dois milhões de euros e irá dar resposta a uma necessidade há muito sentida no nosso concelho, mais concretamente na Freguesia da Charneca/Sobreda, por ser aquela que mais tem vindo a crescer, nos últimos anos. Trata-se de uma zona em franca expansão que acolhe famílias jovens, com filhos em idade escolar, o que justificou o investimento e a construção de um novo equipamento.

A EB de Stª Maria da Charneca está preparada para receber mais de 350 alunos, contando com 12 salas de aula para o 1º ciclo e 3 para o pré-escolar. Conta ainda com um refeitório, cozinha, biblioteca, sala polivalente/ginásio, gabinetes de apoio, salas de trabalho para professores e outros técnicos.

Inaugurar uma escola com as características atrás enunciadas, tem um significado especial pois todos sabemos o quão difícil foi concluir a obra. Para o Partido Socialista, que tem apostado fortemente na educação e na escola pública de qualidade, a construção de um equipamento voltado para o futuro, dotado de extraordinárias condições para o desenvolvimento das aprendizagens, alicerçadas em projetos pedagógicos inovadores, como é prova o "Read On", desenvolvido no Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté e do qual faz parte a escola agora inaugurada, é uma conquista também de Abril.



EDITAL
Nº 263/XII-2º/2017-21
(Moções/Deliberações)

A Educação é, e será sempre, a maior arma de um povo e a melhor forma de mudar o Mundo! Assim, gostaríamos de saudar a Câmara Municipal de Almada pela inauguração deste novo equipamento que propiciará, certamente momentos aprendizagem significativos, integradores, inclusivos e inovadores.

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

(Urgências Pediátricas do Hospital Garcia de Orta)

Desde o início do ano que a urgência pediátrica do Hospital Garcia de Orta, fruto da falta de médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar se encontra perto da rutura operacional sem que a Administração do Hospital resolva um problema que a todos afeta.

São sucessivas as notícias acerca da possibilidade de encerramento das urgências e de funcionamento desadequado conforme com as boas práticas, tendo redundado no passado dia 15 de abril de 2019, com a exigência do Presidente do Conselho Regional do Sul da Ordem dos Médicos, Alexandre Valentim Lourenço, ao explicar que, *"aquilo deveria ter três especialistas a funcionar e a informação que nós temos é que, normalmente, tem um especialista mais dois internos e, muitas vezes, a substituição é um médico de medicina geral e familiar e não propriamente um especialista de pediatria que não é sequer do hospital, ou seja, não conhece as rotinas, não conhece os protocolos, não conhece o sítio onde estão as coisas e vai fazer o seu melhor, certamente, mas não está integrado numa equipa. A criança será atendida, mas seria muito melhor atendida e em muito melhores condições se o serviço estivesse a trabalhar dentro da normalidade"*.

Prosseguindo este referindo que, *"os médicos especialistas do Garcia da Orta já fazem, pelo menos, 48 horas de urgência. Fazem sete a oito bancos por mês para poderem tapar as escalas, quando deviam fazer 12 horas por semana e, por isso, esta situação tem-se arrastado de uma forma que não é para nós aceitável. Há aqui uma clara incompetência em gerir recursos humanos. Numa altura em que a pediatria falha em todo o lado, os outros serviços têm conseguido geri-los de uma forma mais adequada do que esta que tem preocupado os utentes, os sindicatos, a Ordem dos Médicos e os próprios enfermeiros"*.

Para concluir, dizendo que, *"eu creio certamente que se não houver profissionais ela terá de fechar, ou terá de fechar parcialmente durante a noite ou alguns dias durante a semana. Aí, a situação dos outros hospitais - que já não é fácil - será certamente agravada. Nós não podemos escolher as horas ou os dias da semana em que uma criança pode adoecer nos concelhos de Almada, ou do Seixal, ou de Sesimbra"*.

Por tudo isto, mas acima de tudo pela garantia de uma gestão hospitalar eficiente e competente é urgente que se assegure a sua missão de serviço e segurança das populações, nomeadamente a população mais jovem e infantil.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida na sessão ordinária de 26 de abril de 2019, delibera o seguinte:

- 1) que se efetue um pedido de informação por escrito sobre o estado atual e perspetivas futuras da urgência pediátrica do Hospital Garcia da Orta;
- 2) que se exija da Administração do Hospital Garcia da Orta uma solução célere para a falta de recursos humanos;

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

(ALMADA INTEGRADORA – GERONTOLOGIA)



EDITAL

Nº 263/XII-2º/2017-21

(Moções/Deliberações)

Acompanhando a crise demográfica e de natalidade que é praticamente similar em todo o país, espera-se que daqui a algumas décadas, se nada for feito, Almada, comparativamente à população juvenil, mantendo-se a baixa natalidade, encontrará uma pirâmide cada vez mais desequilibrada acarretando com isso, os já esperados problemas para a sociedade.

Almada, ao que tudo indica, não será exceção. A juntar à atual predominância de pessoas consideradas como idosas no concelho, leva a que os decisores políticos e as instituições com responsabilidades na matéria tenham a missão acrescida de acautelar e direcionar medidas para que essas mesmas pessoas possam ter uma qualidade de vida adequada e saudável à sua condição natural.

O aumento da esperança média de vida nos dias de hoje, é, com certeza, fruto do aumento da qualidade e do desenvolvimento da medicina, dos hábitos de vida mais cuidados, mais informação, e, apesar de muito ainda estar em falta, da proximidade dos cuidados médicos elementares que possibilitam um maior e mais rápido acesso aos mesmos.

Todavia, não obstante estas mudanças significativas na sociedade que levam a um aumento da qualidade e da esperança média de vida, os cenários conhecidos e a informação a que todos os dias temos acesso, denota-se, por inúmeros fatores, pessoas de idade avançada com condições precárias de vida e no limite da pobreza, o que deixa uma necessidade acrescida e redobrada da criação de medidas e condições que beneficiem os mais idosos.

Assim, é demasiado frequente o conhecimento que se tem de constantes maus-tratos, do abandono, da falta de apoios a vários níveis, dos estigmas sociais e culturais, da solidão, da falta de oportunidades, das carências nutritivas, a ausência de cuidados médicos básicos como um simples medicamento ou cuidados de enfermagem, tornando-se estes responsáveis pela discriminação social a que os idosos muitas das vezes estão votados.

Apesar do papel fundamental das Misericórdias, dos Centros de Dia, das Universidades Séniores, das Paróquias, das Juntas de Freguesia e mesmo dos apoios das autarquias entre as demais instituições que denotam um trabalho inequivocamente meritório na ajuda aos mais idosos, muito há por fazer e diligenciar para que a população idosa possa atingir a qualidade de vida plena que por naturalidade tem direito.

Para tal, é imperioso, que também as autarquias possam em complementaridade com o Estado, criar condições para a implementação de mais medidas que protejam a população de idade mais avançada.

O levantamento das suas características, o acompanhamento constante das suas necessidades tal como uma intervenção capaz de dar resposta às necessidades e à resolução dos seus problemas, é o papel principal que as autarquias do futuro devem ter na comunidade com o objetivo de nivelar por cima a qualidade de vida que é dada a todos.

Não excluindo, antes pelo contrário, devendo ser complemento, as políticas de natalidade e de maternidade exequíveis e douradoras a implementar com o objetivo de fixar mais casais jovens e incentivar à natalidade em cada concelho, as políticas viradas para os mais velhos têm de ser prioritárias e desenvolvidas quer para minimizar os casos atuais identificados quer para minimizar impactos negativos de futuro preparando no presente a sua qualidade de vida.

Todas estas necessidades devem resultar de um plano municipal abrangente e participado com a maior envolvência não só das autarquias, mas de todos os quadrantes da sociedade local onde os voluntários e, por exemplo, os cuidadores locais vejam implementada e reforçada a sua ação tendo em conta a proximidade e a permanência que os mesmos têm junto dos idosos.



EDITAL

Nº 263/XII-2ª/2017-21

(Moções/Deliberações)

A assistência constante, o contacto e o diálogo, a afetividade, a informação, o acompanhamento e a proteção deve ser salvaguardado e garantido por parte daqueles que podem tomar decisões e que acabam por ter nas suas mãos a melhoria da qualidade de vida dos idosos.

Desta feita, tendo em conta os considerandos atrás inumerados, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 26, 29 e 30 de abril na localidade da Charneca de Caparica, vem por este meio, defender o reforço das políticas locais direcionadas para a proteção, os cuidados e o aumento da qualidade de vida dos seus idosos, tal como reconhecer o papel imprescindível que os mesmos têm junto da comunidade fruto da sua experiência de vida.

Reconhecer ainda o papel que a autarquia, as freguesias, as misericórdias, as universidades séniores e as demais instituições e entidades do concelho de Almada, têm tido na procura de uma melhor qualidade de vida, de bem-estar e de integração social e comunitária dos seus idosos.

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

(DEVOLVER O CASTELO DE ALMADA À CIDADE)

O Castelo de Almada, monumento emblemático que é parte integrante, inclusive, da bandeira do município, tem um valor histórico-cultural inqualificável para a cidade e para o país.

Com uma vista ímpar e privilegiada sobre o Rio Tejo e a cidade de Lisboa, o monumento em questão faz parte do imaginário da História portuguesa tendo sofrido ao longo dos tempos alterações significativas quer na sua composição arquitetónica quer nos fins a que o mesmo se destina.

A sua génese primária remonta aos tempos da expansão dos povos do Oriente e às Reconquistas cristãs de Afonso Henriques, 1º Rei de Portugal, até que D. Sancho I, outorga aquele que seria o compêndio de regras, deveres e privilégios atribuídos aos seus habitantes e toda a comunidade local através do seu Foral, decorria o ano, segunda reza a História, de 1190.

Pelo meio até aos dias de hoje, o mesmo monumento foi palco de ações militares no decorrer da guerra fratricida de D. Pedro e D. Miguel, servindo mais uma vez, o castelo de Almada, como guarida das partes em conflito, marcando para sempre a História local.

No presente, o castelo de Almada, serve de quartel ao Regimento Territorial da Guarda Nacional República (GNR) que entrincheirada nas muralhas do mesmo monumento e nas ruas sinuosas e estreitas de Almada velha, vê também, a sua operacionalidade diminuída nomeadamente no que concerne ao espaço territorial e jurisdicional da mesma força de segurança.

Em suma, a manutenção desta situação não é benéfica nem para a população de Almada que olha para o castelo como um espaço privilegiado onde a cultura, o lazer, a História e o turismo teriam melhor acolhimento, tal como não é benéfico para uma força de segurança que pode ter num outro espaço melhores e modernas condições de operacionalidade adaptada à sua realidade.

Há muito que os almadenses manifestam a intenção de recuperar para a cidade o castelo de Almada, passando a GNR a albergar um outro espaço dentro do concelho de Almada na sua área jurisdicional, a fim de que o castelo tenha a sua função devida e traga para o concelho mais cultura e mais visitantes.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 26, 29 e 30 de abril na localidade da Charneca de Caparica, vem por este meio, manifestar:

- 1- o mais profundo desejo de que o Castelo de Almada passe, o mais breve possível, a ter uma função cultural e turística, devolvendo toda a importância histórica que o mesmo tem para a cidade e para os almadenses;



EDITAL
N.º 263/XII-2.º/2017-21
(Moções/Deliberações)

2- que a tutela possa providenciar, o mais breve possível, um espaço alternativo e adequado dentro do concelho para sediar o Comando Territorial Distrital que se encontra de momento no Castelo de Almada, libertando o mesmo para fins culturais e turísticos.

RECOMENDAÇÃO

(Redução da Sinistralidade no Concelho de Almada)

Considerando que:

- a) Em 2017, segundo dados da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), 77% dos acidentes com vítimas registaram-se dentro das localidades, um sinal de que os municípios precisam de adaptar os seus espaços urbanos e torná-los mais seguros. O Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, afirma que “Portugal tem números absolutamente inaceitáveis de atropelamentos e acidentes graves em áreas urbanas” (Observador, 2018);
- b) Segundo a ANSR, em 2017 registaram-se 130.157 acidentes rodoviários, mais 2.947 do que em 2016, que provocaram 509 mortos, mais 64 do que no ano anterior, tendo-se também verificado um aumento do número de feridos graves. Os distritos com mais vítimas mortais são o Porto, seguido de Setúbal e Lisboa;
- c) O distrito de Setúbal situa-se assim no topo da sinistralidade rodoviária e, no distrito, o Concelho de Almada é aquele que apresenta o maior número de acidentes com vítimas, situação que se tem vindo a acentuar nos últimos anos. Em 2015 registaram-se 369; em 2016, 396 e em 2017, 454 acidentes com vítimas em Almada, num total de 2503 acidentes no distrito de Setúbal;
- d) Ao olharmos para a listagem dos acidentes com mortos e/ou feridos graves segundo a localização disponibilizada pela ANSR, verificamos que ao longo dos anos se repetem acidentes graves em determinadas estradas. Vejamos alguns casos no período entre 2013 e 2017:
 - i. A2: 7 acidentes graves (2014 – atropelamento de peões; 2015 – despiste; 2016 e 2017 – várias colisões graves);
 - ii. Avenida 23 de Julho: 7 acidentes graves (2015 – atropelamento de peões; 2016 – atropelamentos de peões; 2017 – atropelamentos de peões e colisão);
 - iii. IC 20 – 7 acidentes graves (2013 – atropelamento de peões; 2014 – colisão; 2016 – atropelamentos de peões e despiste; 2017 – colisões);
 - iv. EN10-1: 5 acidentes graves (2014 e 2015 – colisões frontais; 2016 – atropelamento de peões; 2017 – colisões e despiste)
 - v. Avenida Arsenal do Alfeite: 3 acidentes graves (2014 – atropelamento de peões; 2016 – atropelamento de peões e colisão frontal)
 - vi. Rua António Andrade: 2 acidentes graves (2013 – atropelamento de peões; 2017 – colisão);
 - vii. Estrada da Algazarra: 2 acidentes graves (2013 – atropelamento de peões e despiste com capotamento).
- e) Os dados da sinistralidade no concelho são reveladores da necessidade de medidas urgentes para a redução de acidentes com vítimas e para a acautelar a segurança da mobilidade na cidade;
- f) O Decreto-Lei n.º 100/2018 que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação, salienta o papel fundamental dos municípios na administração das estradas sob a sua gestão, face à sua relação de proximidade, potenciando assim as melhores condições de segurança e circulação dos seus utilizadores.



EDITAL
N.º 263/XII-2.º/2017-21
(Moções/Deliberações)

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 26, 29 e 30 de abril de 2019, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1. Levantamento das estradas com maior risco de sinistralidade para reforço da colocação de lombas rodoviárias, passadeiras, e semáforos limitadores de velocidade nomeadamente em retas e estradas com várias interseções e de reduzida visibilidade;
2. Criação de uma base de dados georreferenciada com os dados da sinistralidade pedonal;
3. Realização de campanhas de sensibilização para os perigos da velocidade e dos comportamentos de risco.

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

(Saudação ao 25 de Abril e ao 1.º de Maio)

Há 45 anos, no dia 25 de Abril de 1974, a ação militar desencadeada pelos capitães de Abril fez ruir a ditadura do Estado Novo. Foi o fim da PIDE, da censura e da guerra colonial. Foram libertados os presos políticos, o parlamento e o poder local passaram a ser eleitos pela vontade popular. Depois, foi um tempo de lutas para concretizar muitos dos anseios populares: o direito à habitação, à educação, criação do Serviço Nacional de Saúde, do salário mínimo nacional e das pensões de reforma, pela dignidade de quem trabalha.

Quarenta e cinco anos depois daquela manhã libertadora que transformou Portugal, as regiões administrativas, uma das três autarquias previstas no artigo 238.º da Constituição da República Portuguesa, ainda não foram criadas. As outras duas autarquias locais, as freguesias e os municípios, continuam a não ter as competências necessárias para responderem da melhor forma aos problemas das populações. E os meios financeiros atribuídos às autarquias não têm respeitado a Lei das Finanças Locais.

No próximo 1.º de Maio assinalam-se os acontecimentos de Chicago, as manifestações pela redução da jornada de trabalho diária para as 8 horas. Assim nasceu o Dia Internacional do Trabalhador.

Em Portugal, neste 1.º de Maio de 2019 estamos num tempo novo, de valorizar o trabalho e quem trabalha, criar emprego digno, combater a precariedade e os baixos salários. Estamos no tempo de reverter os ataques aos direitos dos trabalhadores e a estagnação das carreiras em resultado das políticas neoliberais.

É tempo de repor condições de trabalho dignas, combater o trabalho precário e reconquistar direitos sociais e laborais. É tempo de dinamizar a contratação coletiva. O Dia Mundial do Trabalhador será assinalado por jornadas de luta em muitos países por melhores salários e condições de vida, por pensões dignas e pelo fim da precariedade, enfrentando as políticas da Comissão Europeia e do BCE contra o mundo do trabalho.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária em 26 de Abril de 2019, delibera:

- Saudar o dia 25 de Abril de 1974 que pôs fim à guerra colonial, à censura e à ditadura fascista do Estado Novo e saudar também o 1.º de Maio, pela negociação coletiva, pelo aumento de salários, contra a precariedade, por emprego digno e com direitos

VOTO DE SOLIDARIEDADE

(GREVE DOS TRABALHADORES DA TST)

Durante longos e difíceis anos, os trabalhadores da Transportes Sul do Tejo (TST) têm denunciado as condições difíceis e degradantes em que trabalham: salários inferiores à média dos salários na sua atividade profissional, o não-pagamento da totalidade das horas extraordinárias, horas de trabalho diário que excedem largamente o horário normal laboral e abusos na definição da escala de turnos. Estas são apenas algumas das razões



EDITAL
Nº 203/XII-2º/2017-21
(Moções/Deliberações)

denunciadas pelos trabalhadores, demonstrativas das enormes dificuldades destes profissionais no exercício da sua atividade.

Para além desta realidade, são também várias as denúncias que visam sobretudo a falta de segurança dos autocarros, tanto para os motoristas como para os utentes, sendo aliás exemplo disso a frequência com que são noticiados incêndios em autocarros dos TST durante o serviço de transporte.

Assim, os trabalhadores da empresa TST decidiram realizar um plenário geral de trabalhadores a 8 de fevereiro de 2019, de acordo com o caderno reivindicativo aprovado pela Comissão de Trabalhadores e por todos os sindicatos (SITRA, STRUP e SNM). Após discussão foi deliberado por unanimidade dar um prazo de 15 dias à administração da empresa para formalizar uma resposta, caso contrário seria marcada mensalmente uma greve de 48 horas.

Desde esse dia, a administração tem-se mostrado absolutamente indisponível para falar com os trabalhadores e aceder a qualquer ponto do caderno reivindicativo.

Nesse seguimento, e como decidido por unanimidade, os trabalhadores têm efetivado os dois dias mensais de uma greve difícil e com consequências diretas nas suas vidas.

O município de Almada não pode ficar alheio a esta luta dos trabalhadores da TST, na certeza de que a melhoria das suas condições de trabalho também significa uma promoção da qualidade do serviço prestado a milhares de almadenses que todos os dias dependem desta empresa de transportes coletivos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26 de abril de 2019, delibera:

- 1) Afirmar a sua total solidariedade com os trabalhadores da TST e a sua respetiva luta;
- 2) Recomendar à Câmara Municipal de Almada que promova contactos com a administração da empresa no sentido de melhorar o serviço prestado e as condições de trabalho dos seus trabalhadores.

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

(Alargamento do Passe Social Intermodal)

No passado dia 1 de abril entraram em vigor os novos Passes Sociais Intermodais para a Área Metropolitana de Lisboa, abrangendo naturalmente o Concelho de Almada.

Após muitos anos de luta e insistência – a primeira proposta, apresentada na Assembleia da República, para criação de um passe social intermodal alargado a toda a Área Metropolitana de Lisboa e a todos os operadores de transportes públicos data de 1997 –, a reivindicação e a mobilização dos utentes e das suas comissões em Almada, complementada pela tomada de posições e deliberações nos órgãos das autarquias locais, Assembleia Municipal de Almada, Câmara Municipal e Assembleias de Freguesia, sobre a necessidade de avançar no sentido da criação deste passe social intermodal, sem custos adicionais para os utentes, foram determinantes para que a Assembleia da República e o Governo corporizassem a sua criação em 2018, decisão de enorme alcance e significado.

O novo passe social intermodal é mais barato, é válido em toda a Área Metropolitana de Lisboa e pode ser utilizado em todos os operadores e meios de transporte que operam nos territórios dos 18 Município que integram este espaço geográfico.

A entrada em vigor dos novos passes sociais e dos novos preços representa para mais de três milhões de utentes potenciais que residem, trabalham ou estudam na Área Metropolitana de Lisboa, não apenas uma poupança mensal muito significativa nos orçamentos familiares, mas igualmente um muito superior incentivo à utilização do transporte público ao nível da mobilidade de cada um.



EDITAL
Nº 263/XII-2º/2017-21
(Moções/Deliberações)

Esta nova realidade traduz um grande avanço no que respeita à defesa do uso do transporte público, a um aumento da liberdade de circulação, ao ganho económico efetivo dos rendimentos auferidos por muitos milhares de famílias, e aos impactos ambientais positivos que a previsível redução da utilização intensiva do transporte individual não deixará de representar.

Mas é necessário, agora, ir mais longe. É necessário que o Estado assegure o imprescindível investimento na modernização e aumento da oferta, que corresponda de forma plena e eficaz ao expectável e já real aumento da procura dos transportes públicos.

E é necessário, igualmente, alargar a aplicação desta medida a todo o território nacional, garantindo condições semelhantes em todas as regiões do País.

E é necessário, finalmente, garantir que o Estado assuma o financiamento desta importante medida em sede de Orçamento de Estado de modo a tornar permanente e obrigatória a sua aplicação.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 26 de abril de 2019, delibera:

1. Saudar vivamente a entrada em vigor dos novos Passes Sociais Intermodais na Área Metropolitana de Lisboa.
2. Exigir ao Governo da República que assegure o imprescindível financiamento à manutenção e renovação das frotas, conduzindo à melhoria da capacidade de oferta de transportes públicos ferroviários, fluviais e rodoviários, para corresponder ao crescimento da procura que a introdução dos novos passes sociais suscita já neste momento.
3. Expressar a necessidade de alargamento da medida adotada na Área Metropolitana de Lisboa a todo o território nacional, de modo a garantir a igualdade de oportunidades e condições em todas as regiões do País.

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

(Pelo reforço do Serviço Nacional de Saúde)

O Serviço Nacional de Saúde, criado há 40 anos, é uma das grandes conquistas do Povo Português com a Revolução de Abril que o texto constitucional justamente consagra.

Conferindo expressão concreta à determinação constitucional que garante a todos os cidadãos o direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover, dever assegurado por um serviço nacional de saúde universal e geral e tendencialmente gratuito, o Serviço Nacional de Saúde criado em 1979 assumiu, nestes quarenta anos decorridos, um papel e uma importância centrais e insubstituíveis na vida coletiva dos portugueses.

Não obstante os violentos ataques de que tem sido alvo ao longo destas quatro décadas, destacando-se a política de desinvestimento continuada nos recursos humanos, técnicos e materiais colocados ao serviço das populações, associada a uma política de proteção e benefício de interesses privados, o Serviço Nacional de Saúde tem conseguido resistir às sucessivas tentativas de descaracterização, e até de extinção, que aquelas políticas visam alcançar.

A defesa do Serviço Nacional de Saúde no exato quadro constitucional em vigor, constitui uma necessidade para todos os portugueses e portuguesas. Impõe-se, por isso, a aprovação de uma nova Lei de Bases da Saúde capaz de defender e valorizar um Serviço Nacional de Saúde solidamente assente nos pilares constitucionais que determinam a sua existência, assegurando designadamente a inversão da política de desinvestimento prosseguida há várias décadas neste domínio.



EDITAL

N.º 263/XII-2.º/2017-21

(Moções/Deliberações)

A realidade demonstra que temos necessidade urgente de uma política de recursos humanos que evite a fuga para o setor privado de recursos humanos especializados em diferentes áreas e especialidades médicas e outros profissionais de saúde, que deem resposta às reais necessidades dos utentes.

Na atual legislatura foi possível alcançar melhorias ao nível da prestação de cuidados de saúde às populações. Mas essas melhorias não são, ainda, suficientes para assegurar plenamente a qualidade da resposta às reais necessidades dos utentes que a Constituição da República impõe ao Serviço Nacional de Saúde.

Todavia, a realidade do Hospital Garcia de Orta, com o recente episódio que o Serviço de Pediatria está a viver, e as dificuldades sentidas noutros serviços daquele Hospital, confirmam de forma inquestionável a absoluta e urgente necessidade de aumentar o investimento nos recursos humanos – médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar – e equipamento técnico das unidades de saúde que integram o Serviço Nacional de Saúde, e em particular, no que diz respeito a Almada, do Hospital Garcia de Orta.

Nestes termos, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 26 de abril de 2019, delibera:

1. Saudar vivamente o Serviço Nacional de Saúde nos quarenta anos que se cumprem sobre a sua fundação e serviço prestado aos portugueses.
2. Expressar preocupação pela insuficiência da prestação de cuidados de saúde aos utentes, em particular no que respeita ao Serviço de Pediatria do Hospital Garcia de Orta, um serviço que justamente se tornou numa referência nacional pela excelência dos cuidados de saúde prestados.
3. Exigir a dotação de todos os serviços do Hospital Garcia de Orta dos meios, recursos humanos e equipamentos técnicos essenciais e indispensáveis à garantia de máxima qualidade na prestação dos cuidados de saúde a que os Almadenses têm direito.
4. Exigir, em conformidade, a rápida adoção das necessárias medidas de correção das dificuldades atualmente sentidas pelo Serviço de Pediatria do Hospital Garcia de Orta, particularmente no que respeita ao número de médicos em serviço naquela unidade hospitalar, de modo a garantir o funcionamento pleno de uma urgência pediátrica em Almada.

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

(Saudação à luta das novas gerações pela solução dos problemas ambientais)

No passado dia 15 de março, milhares de jovens portugueses participaram em ações em diversos pontos do país reclamando medidas para os problemas ambientais e para defesa do Planeta.

Sendo expressão de uma ação internacional de grande dimensão, e apesar de enquadrar invocações contraditórias, aquela iniciativa revelou a disponibilidade das jovens gerações para a denúncia e a ação relativamente aos graves problemas ambientais com que hoje o mundo se confronta, particularmente a depredação dos recursos naturais à escala global em resultado do modo de produção capitalista.

A apropriação dos recursos naturais em geral por grandes grupos económicos e financeiros; a sua mercantilização e exploração colocando o seu valor ecológico e correspondente valor social submetidos ao lucro; a chantagem, agressão e guerra contra povos e países para dominar os seus recursos naturais, incluindo os energéticos, com uma utilização e saque indiscriminados, ameaçam a biodiversidade, a sobrevivência da espécie humana e a própria subsistência do planeta.



EDITAL
Nº 263/XII-2º/2017-21
(Moções/Deliberações)

Os problemas ambientais não encontrarão resposta em soluções que apenas apontam o recurso à tecnologia, a mecanismos financeiros e especulativos e à taxação de comportamentos individuais, sobrecarregando camadas mais empobrecidas.

A ação dos povos e a intervenção dos Estados são decisivas para a defesa do Planeta, da biodiversidade, do meio ambiente, da sustentabilidade da utilização dos recursos naturais para satisfação das necessidades sociais.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 26, 29 e 30 de abril de 2019, delibere:

1. Saudar os jovens que participaram nas ações em defesa do meio ambiente no dia 15 de março de 2019.
2. Exortar todos os jovens, e os cidadãos em geral, a prosseguir a luta contra a mercantilização da natureza, pela exigência de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa do equilíbrio da natureza, pelo reforço de medidas que aumentem a eficiência energética e que desenvolvam alternativas energéticas de domínio público.

MOÇÃO/SAUDAÇÃO

(1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador)

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional, cujo 45º aniversário ontem comemoramos.

A defesa dos valores de Abril exige a todos os cidadãos, e aos trabalhadores em particular, uma decidida ação e intervenção para que a liberdade e os direitos conquistados, não sejam postos em causa.

O 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, deve ser um momento de afirmação da convergência e unidade dos trabalhadores e do povo português em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

O 1º de Maio deve ser também um momento de resistência e luta contra os que querem destruir Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal. O 1º de Maio deve ser momento de afirmação de que é possível avançar na reposição do que ainda falta e na conquista de mais direitos laborais.

Saudamos o 45º aniversário do primeiro 1º de Maio vivido em liberdade pelos trabalhadores portugueses.

Reafirmamos, neste quadro, a necessidade de unidade dos trabalhadores na luta pela alteração da legislação laboral em vigor, designadamente no que se refere à reposição do princípio do tratamento mais favorável dos trabalhadores, à diminuição da duração do período experimental, à defesa da contratação coletiva, dos direitos sociais, e dos direitos sindicais dos trabalhadores e seus representantes nos locais de trabalho, nomeadamente a manutenção e salvaguarda do direito constitucional à greve.

Unidade dos trabalhadores igualmente necessária na luta pelo aumento dos salários e pela diminuição do horário de trabalho, pela generalização das 35 horas de trabalho semanal a toda a administração pública e sua aplicação de igual modo ao setor privado.

Foi a luta de décadas dos trabalhadores em defesa dos valores de Abril e pelo direito ao trabalho com direitos, que contribuiu decisivamente para a derrota e de forma determinada para afastar o PSD/CDS-PP do governo, contribuindo para um novo quadro político na Assembleia da República que permitiu dar início a um processo de reposição, ainda que limitado, dos salários e dos direitos que tinham sido retirados.



EDITAL
Nº 263/XII-2º/2017-21
(Moções/Deliberações)

Celebrar o 25 de Abril lutando no 1º de Maio significa, por isso também, afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, e que materialize as soluções necessárias aos problemas do povo e do País.

Com o contínuo agravamento da precariedade no trabalho, tanto os trabalhadores do sector privado como do sector público, foram confrontados com instabilidades e inseguranças, reduções salariais significativas e perda de direitos individuais e coletivos, realidade que atingiu especialmente os mais jovens. É tempo de se aprofundar a luta contra este verdadeiro flagelo social, porque não havendo emprego estável não há projeto de vida possível.

É preciso e é possível avançar mais; é preciso continuar a travar e inverter a degradação dos serviços públicos, assim como é necessário valorizar e aumentar os salários no sector público e no sector privado, incluindo o Salário Mínimo Nacional.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26, 29 e 30 de abril de 2019, delibera:

1. Saudar as comemorações do 1º de Maio e todos os trabalhadores, sublinhando a exigência de uma legislação laboral de progresso e a favor dos trabalhadores, que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português.
2. Apelar à mais ampla participação nas comemorações do 1º de Maio, contributo fundamental na defesa das conquistas e direitos, reforçando a exigência de novos avanços nos direitos dos trabalhadores.

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

(Programa Qualifica e a educação de adultos)

O atual Governo elegeu a qualificação da população portuguesa como primeiro eixo do Programa Nacional de Reformas e estabeleceu como prioridade política a revitalização da educação e formação de adultos, enquanto pilar central do sistema de qualificações, assegurando a continuidade das políticas de aprendizagem ao longo da vida. Nesse contexto, o executivo lançou em 2016 o Programa Qualifica, desempenhando um papel central neste domínio, enquanto estratégia para relançar a educação e formação de adultos e para voltar a fazer dela uma prioridade nacional, considerando que nos anos anteriores, por vontade igualmente governativa, este objetivo não foi politicamente considerado.

São milhares de adultos que importa mobilizar atendendo a que o nível de habilitações da população ativa portuguesa mantém-se aquém dos níveis médios europeus e das metas que foram estabelecidas no âmbito da Estratégia Europa 2020 que neste domínio implica que pelo menos metade da população ativa tenha pelo menos o ensino secundário. A importância do nível de qualificações da população, para além de ser considerado um dos indicadores estruturantes da qualidade de vida da população e dos níveis de coesão social é também um fator decisivo para a economia do país e para o seu nível de competitividade.

Segundo dados recentes, a propósito do balanço dos primeiros dois anos do Programa Qualifica que se realizou há duas semanas, mais de 315 mil pessoas inscreveram-se no Programa Qualifica durante os dois primeiros anos de execução, ultrapassando assim a meta anual de 145 mil prevista no Programa Nacional de Reformas que tem o objetivo de alcançar as 600 mil pessoas até 2020. Para este objetivo concorre atualmente uma rede de 300 Centros Qualifica em todo o país.

Mas não só no plano nacional se devem implementar estratégias e políticas públicas de promoção do bem-estar da população. Também no plano local e municipal este tipo de objetivos e de estratégias devem ser prosseguidas e incentivadas



EDITAL
Nº 263/XII-2º/2017-21
(Moções/Deliberações)

É necessário repensar o modo como localmente nos posicionamos para ser contribuintes ativos para uma causa que pertence a todos. Chegar aos adultos com baixas qualificações implica traçar caminhos que passam por mobilizar vários agentes, por reforçar a comunicação e adotar formas simples de comunicar a importância da formação e da aprendizagem ao longo da vida.

Assim, e porque a Câmara Municipal de Almada previu em sede das Grandes Opções do Plano, uma linha concreta de atuação nesta área que vai ao encontro deste desígnio nacional, o Partido Socialista, reunido em Assembleia Municipal em sessão ordinária no dia 26 de abril de 2019, delibera:

- Saudar a iniciativa da CMA pelo conjunto de medidas implementadas e que tem vindo a desenvolver deste que tomou posse em outubro de 2017, pondo em prática aquilo que prometeu no seu Programa eleitoral, em particular a criação de um Plano Municipal de Promoção de Educação de Adultos como espaço de agregação e divulgação da oferta de educação de adultos; o acolhimento do 4º Congresso da Associação para a Educação e Formação de Adultos, o programa de alfabetização para a Trafaria e o 2º Torrão em parceria com Junta de Freguesia, Santa Casa da Misericórdia de Almada e Agrupamento da Trafaria e o CQ da Escola Cacilhas Tejo, e a promoção de ações de formação de adultos no âmbito do Plano Municipal para a Qualificação e Emprego que implicou o envolvimento expressivo de 500 formandos.
- Recomendar à CMA que comunique de forma regular e pelos meios que considere mais adequados o esforço e os resultados que as entidades envolvidas no nosso território e que são abrangidas pelo Programa Qualifica têm atingido, entre eles, o número de pessoas envolvidas em processos de reconhecimento e certificação de competências, o número de inscritos e de certificados no âmbito dos CQ e destacando em particular aqueles que são funcionários da Câmara Municipal.

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

(ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM)

A 24 de setembro de 2015, em Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, foi aprovada uma moção/deliberação, apresentada pelo Partido Socialista, com os votos favoráveis de todos os deputados municipais, com exceção dos eleitos pela bancada da CDU que votaram contra, intitulada “Orçamento Participativo Jovem”.

Foi através desta iniciativa do Partido Socialista que se deu início, ainda durante o anterior mandato autárquico, ao processo tendente à criação de um Orçamento Participativo Jovem (OPJ) no concelho de Almada, cuja execução se encontra espelhada nas Grandes Opções do Plano para 2019, por se considerar uma das principais medidas conducentes à promoção da participação política, cívica e democrática dos jovens nos processos decisórios do concelho.

Após a realização de sessões descentralizadas nas escolas e em associações do concelho para recolha de contributos para o projeto de regulamento do OPJ, com vista à concretização desta medida, o atual executivo camarário colocou o projeto de regulamento em consulta pública, tendo o mesmo sido aprovado em reunião de Câmara, a 18 de julho de 2018, e por esta Assembleia Municipal, a 13 de setembro de 2018.

Neste seguimento, no passado dia 28 de março, foi lançada a 1ª Edição do Orçamento Participativo Jovem Almada, em 2019, cujas candidaturas decorrem entre 28 de março e 28 de maio, estando aberta a participação a todos os jovens residentes, estudantes ou trabalhadores no concelho, entre os 16 e os 35 anos, bem como a associações juvenis e escolas ou agrupamentos de escolas com sede em Almada.

O Orçamento Participativo Jovem de Almada vem, assim, permitir que os jovens do concelho possam apresentar e eleger projetos em consonância com as suas necessidades, priorizando o investimento do Município nos problemas concretos identificados pelos participantes, da mesma maneira que cria condições



EDITAL
Nº 263/XII-2º/2017-21
(Moções/Deliberações)

para o desenvolvimento de competências e práticas de participação política, cívica e democrática nos jovens almadenses.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26 de abril de 2019, delibera:

1. Considerar o Orçamento Participativo Jovem Almada uma ferramenta essencial à participação política, cívica e democrática dos jovens do concelho;
2. Parabenizar a Câmara Municipal de Almada pelo lançamento da 1ª edição do Orçamento Participativo Jovem Almada;
3. Recomendar à Câmara Municipal de Almada que desenvolva as diligências necessárias à divulgação e esclarecimento junto dos almadenses do projeto Orçamento Participativo Jovem Almada, com vista à participação do maior número de jovens.

VOTO DE SAUDAÇÃO

(Pela Requalificação do Mercado das Torcatas e pela realização da “Mostra de Ensino – Superior, Secundário e Profissional”)

A requalificação do Mercado das Torcatas é sem dúvida um projeto que promove a devolução de um espaço aos Almadenses. O investimento feito pelo município permitiu a recuperação de um equipamento que se estava a degradar e, em paralelo, a valorização de um local para a realização de variadas atividades que darão nova vida a esta zona da cidade.

Desta intervenção há a destacar a requalificação da fachada, a impermeabilização da cúpula central, a remoção de fonte central para criação de espaço de palco/atuação, a criação de áreas de camarins, copa e dispensa, a recuperação pontual de bancas, cantarias, azulejos, postes de sinalética, bem como a não menos importante instalação de internet Wi-Fi.

No que diz respeito à funcionalidade, melhoraram-se as condições de iluminação natural, de conforto hidrotérmico e de instalações sanitárias para o público, incluindo a introdução de uma instalação sanitária para pessoas de mobilidade reduzida.

Este edifício está assim preparado para poder receber vários tipos de iniciativas - mostras, exposições, feiras, etc – com as mais diversas temáticas, bem como eventos culturais dos mais diversos tipos, tendo inclusivamente condições apropriadas para a realização de espetáculos musicais.

Demonstração cabal destas mesmas possibilidades foi a realização, neste espaço, entre os dias 2 e 4 de abril, da “Mostra de Ensino – Superior, Secundário e Profissional”, organizada pela Câmara Municipal de Almada em parceria com as Instituições de Ensino Superior, Escolas Secundárias e Escolas Profissionais do concelho.

Almada é hoje o segundo maior polo universitário da Área Metropolitana de Lisboa, com sete instituições de ensino superior e mais de 11 mil estudantes. O ensino secundário é constituído por sete escolas e frequentado por 4300 alunos.

Esta iniciativa potenciou a aproximação dos cidadãos à estrutura educativa do Concelho, contemplando os percursos regulares e não-regulares, envolvendo os estudantes do 3º ciclo, ensino secundário, profissional e superior e as respetivas escolas na iniciativa, assim como as Universidades Séniores.

Durante três dias houve também a possibilidade de participação em dezenas de atividades, animações, música, dança e ateliês, potenciando esta iniciativa como um espaço de conhecimento e de oportunidades.

Desta forma concretiza-se uma verdadeira política de proximidade, colocando as instalações do município ao serviço dos munícipes.



EDITAL
N.º 263/XII-2.º/2017-21
(Moções/Deliberações)

Assim, a Assembleia Municipal reunida em sessão plenária de 26 de abril 2019 delibera:

- Saudar a Câmara Municipal de Almada pela requalificação do Mercado das Torcatas e pela colocação de mais um equipamento ao serviço dos seus munícipes;
- Saudar a Câmara Municipal de Almada pela realização, neste mesmo espaço, da “Mostra de Ensino – Superior, Secundário e Profissional”.

MOÇÃO/SAUDAÇÃO

(Saudação ao 1.º de Maio)

Este dia foi escolhido a nível mundial como homenagem à histórica greve ocorrida em Chicago, em 1886, exigindo melhores condições de vida e de trabalho, nomeadamente a redução da jornada de trabalho para oito horas.

A repressão policial contra as reivindicações dos trabalhadores de Chicago durou até 1889, mas a sua persistência na luta e a solidariedade internacional pelos direitos da classe trabalhadora levaram a que o Congresso Operário Internacional, reunido em Paris, decretasse, em 1889, o 1.º de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores.

O Dia do Trabalhador é da maior importância não só para os trabalhadores e para o movimento sindical, mas também para todos os que defendem uma sociedade mais justa e solidária.

É, acima de tudo, um dia de afirmação de valores e de luta pelo progresso económico e social.

Face à atual situação económica, social e política com que estamos confrontados a nível global, assim como as especificidades da Europa e do nosso país, importa nunca desistir pela permanente luta pela implementação de medidas que contribuam para diminuir as desigualdades, garantir uma justa repartição da riqueza e melhorar o nível de vida dos trabalhadores e dos reformados, assim como continuar a lutar por políticas incentivadoras do desenvolvimento económico, que contribuam para a criação de emprego de qualidade, com respeito pelos direitos e condições dignas de trabalho.

Neste contexto, não podemos deixar de destacar o programa de ação aprovado no ano passado pela Resolução n.º 72/2018, do Conselho de Ministros, que visa combater a precariedade e a segmentação do mercado de trabalho, bem como o reforço da dignificação do trabalho, a revalorização e dinamização do diálogo social a todos os níveis, da concertação social à negociação coletiva de nível setorial e de empresa.

Este programa de ação tem sido materializado em medidas concretas, como é o caso do “Contrato-Geração”, regulado pela Portaria n.º 112-A/2019, e que consiste num programa de incentivos à contratação, sem termo e em simultâneo, de jovens à procura do primeiro emprego e de desempregados de longa ou muito longa duração.

Celebrar o trabalho e o seu valor, bem como os direitos e os valores da liberdade, justiça, igualdade e solidariedade devem ser propósitos permanentes. Infelizmente os direitos conquistados no trabalho e no emprego continuam a não ser universais e a OIT (Organização Internacional do Trabalho) continua a denunciar atropelos à escala mundial.

Por mais avançados que estejamos no diálogo social, nada é imutável, nem garantia de inexistência da procura de consensos nas sociedades modernas, porque a coerção nunca será a solução para o fortalecimento dos direitos dos trabalhadores.

Estes são meros exemplos de um trabalho que tem de ser continuado e aprofundado sempre com a valorização do trabalho presente.



EDITAL
Nº 263/XII-2º/2017-21
(Moções/Deliberações)

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 26 de abril de 2019, em sessão ordinária delibera:

- 1- Saudar os trabalhadores portugueses, nomeadamente os trabalhadores do concelho de Almada, e ainda, particularmente, aos trabalhadores municipais e de freguesia, o movimento sindical e todas as entidades que, com base nos princípios da igualdade, da fraternidade, da solidariedade e da justiça social, têm lutado pelos direitos políticos, económicos e sociais e contribuído para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores portugueses;
- 2- Saudar os trabalhadores que por esse mundo fora, com coragem, persistência e determinação, continuam a lutar pela liberdade, pela paz e pelos seus direitos políticos, sociais e sindicais.

VOTO de SAUDAÇÃO

(Pela realização do Caparica Surf Fest 2019)

O Surf é, nos dias de hoje, uma modalidade desportiva em franco crescimento e uma das que tem mais praticantes e adeptos no mundo, atingindo grande popularidade e congregando à sua volta uma notoriedade bastante relevante, muito alicerçada na sua natureza de espetacularidade, organização profissional e, naturalmente, devido à difusão feita pelos media associados à temática.

Crescente tem sido também a divulgação das potencialidades que as ondas de determinadas localidades portuguesas possuem. No caso do concelho de Almada tem sido clara a aposta na divulgação das potencialidades naturais da nossa costa litoral, especialmente dadas as condições naturais que resultam na existência de ondas de tamanho não muito grande, mas consistente, a tornam ideal para a aprendizagem desta modalidade.

O Município promove, desde 2015, a realização do Caparica Surf Fest, a par de outros eventos competitivos locais organizados por clubes e associações desportivas da Costa de Caparica ao longo do ano. Esta competição tem vindo a ser reforçada culminando o ano passado com a realização de seis provas WSL, em claro sinal da aposta na qualidade do quadro competitivo organizado.

A edição de 2019 prosseguiu esta aposta, tendo tido como resultado mais competidores e maior visibilidade exterior. A aposta numa etapa do circuito WQS 3000, para além do anterior WQS 1000, tornou a competição mais aliciante para outro tipo de competidores, naturalmente com outro tipo de capacidades, aumentando a qualidade da competição.

Este reforço na vertente competitiva atraiu também uma mais ampla cobertura mediática da prova, trazendo outra visibilidade à Costa de Caparica e, em consequência disso mesmo, de todo o concelho de Almada.

Paralelamente, foi também introduzido um novo conceito de espetáculos musicais, de acesso livre e em contexto urbano, por forma a aproximar o evento da cidade da Costa da Caparica, dos seus cidadãos e de todos os que a visitaram.

O sucesso desta iniciativa demonstrou o carácter de grande relevância estratégica da ação municipal na matéria da prática desportiva, do turismo, do desenvolvimento económico, da maior visibilidade a conferir à Costa de Caparica, oferecendo cada vez mais alternativas a quem visita o concelho de Almada.

Assim, a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária em 26 de abril de 2019, delibera:

- Saudar a Câmara Municipal de Almada que, com o apoio da Junta de Freguesia da Costa de Caparica, realizou e deu um novo impulso ao Caparica Surf Fest na sua edição de 2019, afirmando-o como um dos mais reconhecidos eventos desportivos do género no nosso país.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 263/XII-2º/2017-21

(Moções/Deliberações)

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 29 de abril de 2019

O Presidente da Assembleia Municipal

(José Joaquim Leitão)